

**Marcos Paulo da
Silva**

É jornalista, mestre em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus Bauru (SP), e doutorando em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Brasil. E-mail: silva_mp@uol.com.br.

Resenha

O Jornalismo no horizonte da Filosofia **289**

GOMES, Wilson. Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teorias do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009. v.1. 112p. (Série: Jornalismo a Rigor.)

O recente aquecimento do mercado editorial voltado aos títulos sobre questões teóricas relacionadas ao jornalismo é sintomático de algumas tendências que permeiam o campo acadêmico da Comunicação. Uma primeira chave explicativa para o fenômeno – a mais simplista delas – consiste na hipótese de relegar a crescente publicação de obras deste gênero a uma espécie de determinismo orientado para suprir as exigências numéricas (quantitativas) das avaliações dos cursos e programas de pós-graduação da área. Insuficiente, esta não parece ser a explicação mais plausível para o fenômeno. De outro lado, apresenta-se como mais convincente a hipótese de que a área vive um momento de fomento que resulta na institucionalização de discussões antes relegadas a nichos de debates específicos. Despontam eventos e editoras especializados, bem como coletâneas e revistas acadêmicas com foco no jornalismo (com uma inegável potencialização das plataformas digitais de publicação). Com seus tensionamentos próprios (e necessários), o campo comunicacional assiste ao amadurecimento de pressupostos e tendências de estudo. Todavia, embora produtor de pesquisas e publicações de fôlego, o campo não escapa a um paradoxo. Um número significativo de boas obras ainda permanece adormecido

para o leitor comum – estudantes de jornalismo, por exemplo –, que busca suas referências nas livrarias, mesmo naquelas de maior renome. Análises contundentes espriam-se em edições limitadas ou de difícil localização, tornando-se uma espécie de raridade em pouco tempo.

O livro *Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo*, de Wilson Gomes, publicado pela editora Insular, de Florianópolis, dialoga em certo sentido com este preâmbulo. A começar pela dificuldade de ser encontrado nas livrarias de São Paulo, embora tenha ganhado as ruas em menos de um ano (a dificuldade de encontrá-lo é aparente e, em alguns casos, o frete chega a ter custo mais elevado do que o preço da publicação em si). Tal limitação de acesso, no entanto, não retira a pertinência das análises do livro.

A obra reúne quatro ensaios específicos de Wilson Gomes sobre aspectos teóricos da atividade jornalística redigidos desde o início da década de 1990. A formação acadêmica do autor, atualmente professor titular de Teoria da Comunicação na Universidade Federal da Bahia (UFBA), é decisiva na condução do debate. Graduado em Teologia e com mestrado e doutorado em Filosofia, trajetória construída nos bancos escolares de Roma, na Itália, Wilson Gomes possui um olhar muito particular para os fenômenos do jornalismo num horizonte filosófico. E nem poderia ser diferente, já que sua formação se dá toda no ambiente transdisciplinar no qual o campo da Comunicação está estruturado.

Neste ponto localiza-se outro paradoxo da área: o horizonte filosófico livro (em sua linguagem e conteúdo), quando posto num olhar pragmático (não

se pode perder de vista que muitos dos cursos de jornalismo do País estão ancorados em projetos pedagógicos que supervalorizam o pragmatismo da profissão), não favorece sua projeção do terreno da teoria para práxis das redações – o que, lamentavelmente (pois certamente este não é o objetivo do autor), pode recair na armadilha das críticas sustentadas no velho círculo vicioso: teoria conversa com teoria; prática conversa com prática. Este não consiste, no entanto, no ambiente adequado para essa polêmica discussão (que requer e merece outros espaços para ser aprofundada). O que deve ser ressaltado aqui é o caráter emblemático da publicação e seu potencial legado para as pesquisas em jornalismo.

No decorrer de *Jornalismo, fatos e interesses*, o autor toca em temas sensíveis à prática jornalística, a exemplo das relações tidas pelo jornalismo com o interesse público e com a opinião pública (capítulos 3 e 4). Merece especial atenção a discussão apresentada no terceiro capítulo entre a noção de “interesse público” e o discurso de autolegitimação do jornalismo. Crítico, Wilson Gomes mostra como esse discurso – herdado da “imprensa de opinião” pela imprensa que passa a se organizar em bases empresariais – contribui para a distorção do conceito de “público”, com efeitos diretos também na concepção de democracia. Tão pertinente quanto – neste mesmo sentido – é a distinção feita no quarto capítulo entre “opinião pública” e “opinião publicada”. Aliás, é talvez neste ponto que a obra encontra seu maior potencial empírico a partir de exemplos pinçados cuidadosamente da imprensa brasileira.

Entretanto, em que pese a relevância dos capítulos finais, não há equívoco em afirmar que o ponto

forte do livro está concentrado logo em sua primeira parte. São os capítulos “Jornalismo, fato e interesse: o fato como problema” e “Verdade e perspectiva: a questão da verdade e o fato jornalístico” – não por acaso escolhidos como portas de entrada da obra – que guardam as reflexões de maior fôlego do autor. No primeiro capítulo, Wilson Gomes parte das noções de “veracidade” e “verdade” para lançar luz na relação estabelecida entre o jornalismo e os fatos extraídos da realidade. O autor coloca em xeque o que chama “realismo ingênuo” – ou seja, aquele modo de se compreender a relação entre “notícia” e “verdade” a partir do entendimento de que os fatos e a realidade são estruturas estáveis – por meio do conceito de “interesse” (e faz isso muito bem por meio de uma amarração reflexiva ancorada na Filosofia). Diz o pensamento de Heidegger que a interpretação de um objeto somente se dá quando o interprete e o próprio objeto se pertencem reciprocamente. Assim, a definição de “interesse” como “envolvimento intrínseco” desarticula a definição de “verdade” como fruto do distanciamento e da objetividade em relação aos fatos. Ao fim do capítulo, localiza-se uma importante reflexão epistemológica. Para Wilson Gomes, a teoria do jornalismo não tem produzido nada substancial sobre narrativa e notícia “que possa se apresentar como resposta aos problemas da verdade e da objetividade no jornalismo em território da teoria do conhecimento” (p. 25). Na contramão disso, afirma o autor, a área refugia-se no pragmatismo de uma ética aplicada à profissão. Uma dupla ruptura é defendida: a rejeição ao conceito tradicional de consciência e autodeterminação absoluta desta; e a rejeição – ao

mesmo passo – do conceito de fato como uma estrutura constante, indiferente à presença humana. Pois, compreende-se, somente minando essas “bases ingênuas” é que o jornalismo pode progredir no campo do conhecimento.

O segundo capítulo da obra encontra no conceito de perspectivismo de Nietzsche sua principal fundamentação. Num diálogo com o capítulo anterior, é nele que Wilson Gomes parece oferecer o melhor contraponto à ingenuidade apontada na relação verdade-notícia. A definição que o autor faz de “fato” a partir de suas três bases de caracterização – atividade, relação e temporalidade – traduz-se como essencial para as reflexões do livro. Entende-se que os jornalistas lidam em sua prática profissional tanto com estruturas pragmáticas (que produzem efeitos na realidade) quanto com estruturas expressivas (que produzem sentido), deslocando a noção de “verdade” para ambos os planos – uma ruptura com os cânones do pensamento positivista.

Por sua vez, o pensamento de Nietzsche, segundo o qual toda interpretação é necessariamente mediada pela perspectiva de quem a faz, não permite o deslocamento da noção de “verdade” da questão perspectivista. Wilson Gomes, contudo, não se restringe em apresentar os pressupostos críticos retirados da filosofia do pensador alemão. O autor vai além ao apontar limites no perspectivismo e ao perseguir um conceito viável de “verdade” no jornalismo. Duas posições limítrofes são postas em paralelo, a saber: 1) a única “verdade” relacionada às notícias é a de que é impossível determinar se uma notícia é verdadeira ou não; 2) em perspectiva, uma notícia será sempre verdade para uma pessoa enquanto falsidade

para outra. Encontra-se, então, um sério limite no perspectivismo: a perda da dimensão crítica, ou seja, um verdadeiro paradoxo repousado na negação da possibilidade de aferir o conceito de verdade.

Nesta encruzilhada conceitual, algumas pistas são dadas por Wilson Gomes. Entre elas, a ideia de que embora um objeto só possa ser visto de uma determinada perspectiva, isso não significa que ele não exista fora desta; ou, em outros termos, a concepção de que a “coisa em si” (no mundo fenomênico) e a “coisa para nós” (no plano da consciência) não são opostas, mas submetidas a diferentes procedimentos de verificação. O autor oferece, portanto, uma reflexão madura: “há, assim, um sentido natural das coisas e fatos, mas não deve ser entendido como o faz qualquer realismo ingênuo – os fatos e as coisas existiriam por si só indiferentes da experiência humana –, mas sim no sentido de que diferença humana (o fato de que a presença do homem altera os dados da experiência) não significa que em cada ato perceptivo o indivíduo se põe como construtor da realidade” (p. 59).

Tantas outras reflexões podem ser retiradas do capítulo. Destaque para a necessidade metodológica de se buscar a compreensão da “verdade” sempre a partir dos padrões estabelecidos por uma determinada comunidade de sentido (por que não dizer padrões culturais?). Reflexões tais que merecem ser aprofundadas. Enfim, o livro encontra seu respaldo ao trilhar um caminho (ainda a ser pavimentado) no horizonte filosófico do jornalismo, sobretudo no que diz respeito às peculiaridades do fato jornalístico. Vale a pena garimpá-lo.